

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.315 - MG
(2019/0357302-5)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : M A P DE S (PRESO)

**ADVOGADO : IGNACIO LUIZ GOMES DE BARROS JUNIOR -
MG147863**

**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

DECISÃO

M. A. P. DE S. alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** no HC n. 1.0000.19.124379-9/000.

Nesta Corte, a defesa sustenta a ausência de motivação idônea para decretar a prisão preventiva do réu, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 129 e 148, § 1º, do Código Penal, sobretudo porque a própria ofendida teria informado "que vive em união estável com o autor e que está grávida (sic) dele. Disse também que no dia dos fatos não houve agressão por parte [do paciente], apenas uma discussão de casal" (fl. 69).

Requer, liminarmente e no mérito, a **revogação da prisão provisória ou a sua substituição por cautelares diversas.**

Decido.

Em 7/9/2019, o Juízo singular convolou a prisão em flagrante do réu, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 129 e 148, § 1º, do Código Penal, em custódia preventiva, sob a seguinte motivação (fls. 15-16, grifei):

In casu, incabível a concessão da liberdade provisória, eis que presentes os pressupostos da prisão preventiva.

Estão manifestos a prova da existência dos crimes e os indícios suficientes de autoria, o que se extrai dos elementos de prova contidos no APFD.

Verifica-se que os crimes em análise são dolosos e possuem, somados, previsão de pena privativa de liberdade

máxima superior a 4 (quatro) anos.

Note-se, também, que, conforme a CAC acostada, **o autuado ostenta condenação criminal transitada em julgado, pelo que é reincidente em crime doloso**, encaixando-se na previsão de admissão de sua prisão preventiva, nos termos do artigo 313, II, do CPP.

Assim, tenho que, ao reiterar a prática delituosa, o autuado, supostamente, demonstrou desrespeito às medidas judiciais que lhe foram impostas anteriormente e, ainda que estas não foram suficientes ao ponto de estagnar as condutas delitivas, sendo a prisão preventiva, o único meio apto a fazê-lo.

Nesse sentido, eis o entendimento jurisprudencial:

[...]

Além disso, vejo que **o autuado chegou no bar onde estava a vítima, sua namorada, agrediu-lhe com um soco no rosto e a levou à força até o carro, arrancando em seguida. A ofendida, para escapar das ações do detido, pulou do veículo em movimento, tendo uma das rodas passado em cima do seu pé. Soma-se a isso o fato de ela estar grávida de dois meses, esperando um filho supostamente dele.**

Assim, tenho que **a ação do autuado encontra-se revestida de periculosidade exacerbada, uma vez que, mesmo estando grávida a vítima, não foi poupada de agressão física e sofrimento psicológico.**

Ao denegar a ordem, o Tribunal *a quo* ressaltou que (fls. 51-52, destaquei):

Extrai-se dos autos que, na data dos fatos, **[M. A.] chegou ao bar em que a ofendida (sua ex-namorada à época dos fatos e que estava grávida de dois meses) se encontrava e a agrediu com um soco no rosto, levando-a à força, pelo cabelo, até o carro, arrancando em seguida. A vítima, para escapar das investidas do autor, pulou do veículo em movimento, caindo ao solo, sendo atingida pelas rodas do automóvel em seu pé e braço.**

Não se trata, portanto, de manter o agente preso apenas em decorrência da gravidade abstrata dos delitos, mas de tratar com cautela os acusados de crimes responsáveis por consequências intensamente negativas na sociedade.

Imperioso salientar que se trata de acusado reincidente em crime de violência doméstica, uma vez que, **conforme CAC acostado aos autos (doc. 8), [M. A.] possui condenação**

definitiva pela prática de delito de ameaça (no âmbito da Lei Maria da Penha). Além disso, o paciente ainda responde a outro processo pela suposta prática do mesmo delito, mostrando-se pessoa inserida no mundo do crime e a ele dedicada, o que demonstra seu descaso com a justiça e paz social.

A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, **deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela**, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

Pela leitura dos excertos transcritos, noto que **são idôneas as razões apontadas para justificar a custódia do réu, pois evidenciam a gravidade concreta da conduta supostamente perpetrada – violência física contra a namorada, que está grávida – e o risco de reiteração delitiva, uma vez que o acusado registra condenação definitiva pretérita pela prática de delito em contexto de violência doméstica, além de responder a outra ação penal em que lhe é imputada a prática de crime de mesma natureza.**

Tais circunstâncias são suficientes, conforme jurisprudência desta Corte Superior, para ensejar a imposição da cautela extrema. Nesse sentido:

[...]

2. O decreto preventivo fundamentado em anotações de atos infracionais, no caso, mostra-se válido na projeção do vetor da ordem pública, segundo juízo prospectivo de reiteração delitiva.

3. Segundo reiteradas manifestações deste Superior Tribunal, **a existência de inquéritos, ações penais em curso, anotações pela prática de atos infracionais ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar.** Precedentes do STJ.

[...]

7. Recurso ordinário desprovido.

(RHC n. 106.326/MG, Rel. Ministra Laurita Vaz, 6ª T., DJe 24/4/2019, grifei)

[...]

2. Uma vez presentes indícios de autoria e comprovada a materialidade do delito (*fumus comissi delicti*), a manutenção da segregação cautelar justifica-se pela garantia da ordem pública, tendo em vista a **gravidade concreta do crime e o risco iminente de reiteração delitiva (*periculum libertatis*) – delito, em tese, praticado mediante violência contra a genitora**. O acórdão combatido salientou "o risco à reiteração delitiva, posto ser esta a segunda autuação do paciente, já que ele agrediu sua ex-companheira antes, bem como por ele responder a outros processos, tudo a revelar sua periculosidade." Portanto, a prisão preventiva foi adequadamente fundamentada, nos termos dos arts. 312 e 313, III, do Código de Processo Penal, com base em elementos concretos extraídos dos autos.

[...]

6. Agravo não provido.

(AgRg no HC n. 457.483/SC, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, 5ª T., DJe 31/10/2018, destaquei)

Assim, sob o prisma do entendimento adotado por esta Corte Superior de Justiça acerca da necessidade de manutenção da custódia preventiva em casos como o dos autos, **não vejo razões para o processamento deste recurso**, notadamente porque expressamente autorizado – pelo inciso XX do art. 34 do Regimento Interno deste Superior Tribunal – que o Relator decida o habeas corpus, **monocraticamente**, quando a decisão impugnada se conformar com a jurisprudência dominante acerca do tema.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o recurso**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**